

## PATO BRANCO PROJETADO POR ELAS: VOZES PLURAIS NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Maria de Lourdes Bernartt

Samyra Soligo Rovani

Leonice Aparecida de Fatima Alves Pereira Mourad

Raiana Ralita Ruaro Tavares

Juliane Cristina Klochinski

### GT5: Desenvolvimento urbano, urbanização, inclusão social e qualidade de vida

#### RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar a pesquisa em desenvolvimento, cuja finalidade é contribuir para a formulação de uma Política Pública de Proteção à Mulher (PPPM) no município de Pato Branco – PR, contemplando a definição de metas e indicadores que viabilizem seu monitoramento e avaliação. Parte-se do pressuposto de que a participação das mulheres na elaboração de políticas públicas é essencial para sua valorização, para o fortalecimento de seu protagonismo social e para a superação das desigualdades de gênero. Considerando o crescimento dos índices de violência contra a mulher no estado do Paraná e a insuficiência de serviços especializados de apoio, a pesquisa propõe a implementação de ações integradas nos eixos da educação, segurança, trabalho, planejamento urbano, meio ambiente, saúde e participação social. A proposta metodológica adota uma abordagem mista e de caráter descritivo-analítico, fundamentada em revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo com grupos focais, envolvendo entidades locais e representativas da diversidade feminina. Realizado em parceria com a Procuradoria da Mulher da Câmara Municipal de Vereadores de Pato Branco-PR, o projeto busca contribuir para a edificação de uma cidade que escute, acolha e se projete a partir das necessidades e potencialidades das mulheres. Os resultados esperados incluem o fortalecimento do protagonismo feminino, a ampliação das redes de apoio e proteção, a formulação de indicadores e metas que possibilitem a avaliação contínua da PPPM e a sensibilização da sociedade local sobre a importância da equidade de gênero, promovendo uma política pública mais inclusiva, eficaz e sustentável.

Palavras-chave: Políticas públicas. Mulheres patobranquenses. Protagonismo feminino.

#### INTRODUÇÃO

O Brasil alcançou, em 2022, uma taxa de urbanização de 87,4% (IBGE, 2022), consolidando um processo que, embora tenha promovido maior acesso aos serviços urbanos, também acentuou desigualdades históricas. Neste contexto, a inclusão plena das mulheres na vida social e política urbana está diretamente vinculada à garantia do seu direito à cidade. Esse direito, conforme vêm apontando autoras e pesquisadores críticos, não se resume ao acesso físico aos espaços urbanos, mas abrange a possibilidade de participar ativamente de sua produção, uso e transformação. Dessa forma, é imprescindível que as demandas, vivências e obstáculos das mulheres sejam levados em conta durante a criação, atualização e execução dos planos diretores e dos demais mecanismos de planejamento urbano.

Ao analisarmos o contexto específico de Pato Branco, no estado do Paraná, deparamo-nos com dados alarmantes sobre a violência de gênero. Informações divulgadas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP) e sistematizadas pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2025, p. 36) indicam que, somente em 2024, foram registrados no município 2.550 casos de violência contra a mulher. Dentre esses, 976 ocorreram no contexto doméstico, e 870 deles caracterizam-se como violência doméstica contra mulheres. Além disso, somam-se 136 notificações de violência sexual. Tais números evidenciam a persistência de um padrão estrutural de violação dos direitos das mulheres, tendo o espaço doméstico — historicamente romantizado como espaço de proteção — se revelado como lócus privilegiado de vulnerabilidade e risco.

Esses dados não apenas legitimam como exigem a construção de respostas públicas que enfrentem, de forma articulada, as múltiplas dimensões da violência de gênero. Reconhecendo essa urgência, a Procuradoria da Mulher da Câmara Municipal de Pato Branco tem se posicionado em defesa de políticas públicas voltadas à proteção das mulheres e ao fortalecimento de sua participação nos espaços de decisão. Foi nesse contexto que se constituiu o Projeto "Pato Branco Projetado por Elas: Apontamento de Subsídios para Implementação de Política Pública de Proteção à Mulher com Indicadores e Metas para Monitoramento e Avaliação", demandado pela Procuradoria e desenvolvido em parceria com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – Campus Pato Branco, com o apoio de entidades e organizações da sociedade civil.

A proposta justifica-se, portanto, tanto pelos elevados índices de violência registrados no município quanto pela carência de serviços, dispositivos e políticas intersetoriais eficazes voltadas ao acolhimento, à prevenção e à promoção de direitos das mulheres em situação de vulnerabilidade. Parte-se do pressuposto de que a ausência de uma Política Pública de Proteção à Mulher (PPPM) no município constitui uma lacuna a ser enfrentada de modo urgente e colaborativo.

O objetivo geral do projeto consiste em propor a construção participativa de uma política pública municipal de proteção às mulheres em Pato Branco, com base em subsídios técnicos, políticos e sociais que favoreçam sua implementação, monitoramento e avaliação. Para isso, serão definidos indicadores e metas que permitam acompanhar a efetividade das ações, promovendo sua continuidade e aperfeiçoamento a médio e longo prazo.

A proposta articula-se com os desafios contemporâneos que atravessam os campos da desigualdade e da exclusão social — tais como o racismo, o etarismo, o capacitismo e outras formas interseccionais de opressão — e se ancora em uma perspectiva crítica de formulação de políticas públicas. Essa perspectiva busca romper com os modelos tradicionais, frequentemente estruturados por elites homogêneas (masculinas, brancas, cis-heteronormativas e detentoras de capital cultural e econômico), propondo um novo paradigma: aquele que reconhece as mulheres como sujeitos históricos, políticos e epistemológicos, protagonistas da construção do espaço urbano.

Mais do que sugerir instrumentos normativos ou dispositivos legais, o projeto propõe a constituição de uma rede local de proteção, acolhimento e participação, capaz de sustentar uma política pública transformadora. Trata-se de promover a democratização das decisões urbanas, a partir da escuta das mulheres em sua diversidade — migrantes, negras, mães solo, trabalhadoras, idosas, com deficiência — e do fortalecimento de sua presença nos espaços de planejamento, avaliação e monitoramento das ações públicas.

Ao mobilizar diferentes segmentos da sociedade e afirmar o protagonismo feminino na construção de políticas urbanas, este projeto pretende não apenas produzir diagnósticos, mas fomentar um processo contínuo de sensibilização social e de fortalecimento institucional. Como um de seus produtos finais, propõe-se a elaboração de um documento orientador, que sistematize os subsídios gerados ao longo da pesquisa e da escuta social, contribuindo para a efetivação da PPPM de forma intersetorial, participativa e contínua.

## **CONSTRUINDO COM ELAS: ESPAÇO DE ESCUTA E PARTICIPAÇÃO**

A construção metodológica deste estudo pauta-se nos princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 e pela Carta Circular nº 110-SEI/2017/CONEP/SECNS/MS, documentos que orientam a realização de pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil. O projeto foi devidamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Dois Vizinhos (CEP-UTFPR-DV), sob o Parecer n. 7.379.471, emitido em fevereiro de 2025. A coleta de dados está prevista para ocorrer entre os meses de maio e junho do mesmo ano.

Optou-se por uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, compreendendo três frentes metodológicas articuladas: pesquisa bibliográfica, documental e de campo. O recorte empírico concentra-se no município de Pato Branco, localizado na região sudoeste do Paraná. Tal escolha se justifica tanto pela demanda institucional da Procuradoria da Mulher quanto pela urgência evidenciada nos dados relativos à violência de gênero no município.

A revisão bibliográfica e documental terá como função sustentar a reflexão teórica e contextualizar a análise das práticas institucionais voltadas à participação das mulheres na gestão urbana e na formulação de políticas públicas. A revisão bibliográfica seguirá os princípios da revisão integrativa, permitindo sistematizar criticamente o conhecimento acumulado sobre os temas de gênero, urbanismo feminista, direito à cidade e políticas públicas. A revisão documental incluirá legislações, planos diretores, atas, relatórios e demais instrumentos oficiais relacionados à temática investigada.

A pesquisa de campo será conduzida por meio da realização de grupos focais, metodologia apropriada à escuta coletiva e à valorização da experiência vivida das participantes. Serão convidadas mulheres residentes em Pato Branco, maiores de 18 anos, que atuam como representantes de diferentes entidades locais, tais como a Procuradoria da Mulher da Câmara de Vereadores, o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos da Mulher, a Delegacia da Mulher, a Subseção da OAB, a União de Bairros, o Rotary Club, o Movimento das Mulheres Camponesas, a Secretaria Municipal de Políticas Públicas para a Mulheres, o Movimento de Mulheres Trans, a UTFPR – Campus Pato Branco, entre outras organizações parceiras.

A seleção das participantes será realizada em colaboração com essas entidades, assegurando critérios de inclusão previamente definidos. Cada participante será devidamente informada sobre os objetivos da pesquisa e os procedimentos envolvidos, sendo sua adesão formalizada por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e do Termo de Consentimento para Uso de Voz e Imagem.

A escuta será orientada por um roteiro semiestruturado, previamente elaborado com base nos objetivos da pesquisa e validado por especialistas da área. A composição dos grupos, com cerca de 15 mulheres cada, buscará garantir a representatividade de diferentes perfis femininos presentes no território, incluindo mulheres negras, migrantes, empresárias ou empreendedoras, moradoras de comunidades periféricas e rurais, professoras, idosas, jovens, mães solo, chefes de família, mulheres com deficiência, mães atípicas (com filhos com deficiência), profissionais da justiça e da segurança pública, mulheres trans e pessoas LGBTQIAPN+.

A coleta de dados junto às participantes selecionadas será realizada com a participação de representantes das entidades mencionadas, sob a orientação da equipe de pesquisa da UTFPR – Campus Pato Branco. Os encontros ocorrerão em locais acessíveis e em horários previamente acordados entre equipe e participantes, respeitando os princípios da escuta sensível e do cuidado. Cada sessão terá duração aproximada de três horas, incluindo intervalos, e será gravada com autorização expressa das participantes.

As falas produzidas nos grupos focais serão transcritas na íntegra e analisadas por meio da técnica da Análise de Conteúdo, que possibilita a identificação de categorias temáticas recorrentes e emergentes. A análise será

orientada pela perspectiva interseccional, reconhecendo a complexa articulação entre gênero, raça, classe, território, deficiência e orientação sexual. A triangulação entre os dados dos grupos focais, os documentos oficiais e a literatura acadêmica permitirá maior robustez analítica, favorecendo a construção de indicadores e metas para orientar a implementação, o monitoramento e a avaliação da futura Política Pública de Proteção à Mulher (PPPM) no município.

Ao final do processo, espera-se não apenas produzir dados sistematizados, mas também fomentar uma reflexão coletiva e situada sobre os desafios enfrentados pelas mulheres no espaço urbano, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais justas, plurais e transformadoras.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO ( EM ANDAMENTO)**

O presente estudo parte da compreensão de que o espaço urbano não é neutro: ele reflete e reproduz desigualdades sociais históricas. Ferreira e Silva (2017), em artigo apresentado no XVII ENANPUR, destacam que as cidades contemporâneas expressam uma multiplicidade de formas de organização social, mas também revelam crescentes índices de criminalidade, violência, sensação de insegurança e intolerância. Tais manifestações impõem desafios à construção de cidades mais humanas e demandam intervenções públicas orientadas pela inclusão, pela equidade e pelo respeito à diversidade de gênero, raça, classe, idade, cultura e religião.

Em consonância com essa abordagem, reconhecemos que as desigualdades de gênero no espaço urbano permanecem invisibilizadas em muitas análises técnicas e acadêmicas, apesar de serem estruturantes das formas de ocupação e uso da cidade. A partir de uma leitura crítica baseada em autoras como Scott (1989) e Ramon (2014), Ferreira e Silva (2017) argumentam que a divisão sexual do espaço está ancorada em atribuições históricas de papéis distintos a homens e mulheres. Esta assimetria é reforçada por dinâmicas culturais e jurídicas que mantêm a mulher em posição secundária nas esferas pública e política (Rego & Pinzani, 2013; Facio, 1999).

Nosso projeto tem como ponto de partida empírico a constatação dessas desigualdades no município de Pato Branco (PR), onde buscamos compreender como diferentes grupos de mulheres percebem, vivenciam e projetam o espaço urbano. Entendemos que o conhecimento das múltiplas experiências femininas é essencial para a formulação de políticas públicas que realmente atendam às necessidades concretas das mulheres, em toda sua diversidade.

No Brasil, as contradições são evidentes. Avanços legais impulsionados por movimentos feministas, como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, coexistem com persistentes relações patriarcais que se traduzem em violência, exclusão e desigualdade (Silva, 2015). Dados do Censo de 2022 (IBGE, 2022) reforçam essas tensões: as mulheres representam 51,5% da população e possuem maior expectativa de vida em comparação aos homens, mas continuam enfrentando obstáculos significativos no mercado de trabalho, sobretudo as mulheres negras.

Destacamos, por exemplo, que 49,1% dos domicílios brasileiros são atualmente chefiados por mulheres, um crescimento expressivo em relação aos 38,7% registrados no Censo de 2010. Esse dado aponta para um processo contínuo de feminização da chefia domiciliar e da responsabilidade econômica familiar, embora essa posição nem sempre se traduza em reconhecimento institucional ou acesso a direitos equivalentes. Ainda que mais presentes no mercado de trabalho, as mulheres continuam submetidas à dupla jornada, à informalidade e a uma remuneração inferior à dos homens.

As escutas preliminares realizadas com grupos focais em Pato Branco confirmam essa realidade. Mulheres de diferentes contextos relataram dificuldades em conciliar o trabalho remunerado com as responsabilidades domésticas e, em especial, a ausência de equipamentos públicos que favoreçam a mobilidade segura, o cuidado com crianças e a participação política ativa. Essas falas reiteram a importância de compreender o espaço urbano como uma extensão das relações de gênero.

A urbanista brasileira May East, referência internacional em gênero e planejamento urbano, oferece uma contribuição teórica valiosa para este debate. Em sua obra “E se as Mulheres Projetassem as Cidades?” (2024), East propõe um modelo de urbanismo regenerativo, orientado pela sustentabilidade, pela co-criação e pelo pertencimento comunitário. A autora evidencia como o urbanismo moderno, centrado em critérios técnicos e na mobilidade veicular, reforçou a segregação de gênero — isolando as mulheres nos chamados “guetos verdes” e enfraquecendo vínculos sociais e práticas comunitárias.

A entrevista concedida por East a Ribeiro (2024) reforça essa crítica e propõe uma inflexão semântica e política: substituir o termo “manutenção urbana” por “cuidado urbano”, reconhecendo que o cuidado, historicamente associado ao feminino, pode ser um princípio estruturante para a transformação das cidades. O que está em jogo é a incorporação da escuta ativa, da corresponsabilidade social e da valorização da diversidade na produção do espaço urbano.

East identifica três megatendências que orientam sua proposta: a aceleração da urbanização, a urgência da descarbonização e o reposicionamento das mulheres nos espaços sociais e institucionais. Tais tendências, segundo a autora, abrem brechas para a emergência de novas formas de habitar, planejar e governar a cidade.

Nosso projeto dialoga com essa perspectiva ao propor a realização de rodas de conversa com mulheres de diferentes faixas etárias, classes sociais, raças e histórias de vida. Nessas rodas, buscaremos compreender como essas mulheres experienciam a cidade, quais são suas principais demandas e que propostas de transformação elas vislumbram. Acreditamos que, ao valorizar essas vozes, não apenas produziremos um diagnóstico mais fiel das desigualdades urbanas, mas também construiremos pontes para a elaboração de políticas públicas mais sensíveis, representativas e eficazes.

Apesar do aumento da presença feminina em profissões historicamente masculinas, como arquitetura e urbanismo, a ocupação de cargos decisórios ainda é desigual. Mesmo representando 63% dos profissionais registrados no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), as mulheres ainda não chegam à metade das responsáveis técnicas por projetos. Essa lacuna reforça a necessidade de políticas afirmativas e de uma redistribuição efetiva do poder decisório.

Ao integrar a abordagem de May East com os dados empíricos já obtidos em Pato Branco, o presente trabalho avança no sentido de propor um planejamento urbano que reconheça e valorize a centralidade das mulheres na transformação do espaço. Não se trata apenas de garantir acessibilidade ou segurança, mas de promover um modelo de cidade mais humano, inclusivo e regenerador — onde as relações entre gêneros, gerações e territórios possam florescer de forma equitativa.

A análise final dos resultados, em fase de sistematização, pretende oferecer subsídios concretos para gestores públicos, urbanistas e movimentos sociais comprometidos com a construção de cidades mais justas, democráticas e habitáveis para todas as pessoas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A proposição e futura implementação da Política Pública de Proteção à Mulher (PPPM) configura-se como um marco importante no enfrentamento das desigualdades de gênero e na promoção da justiça social em nível local. Ao incorporar a perspectiva interseccional como eixo estruturante, a proposta reconhece a multiplicidade de opressões vivenciadas pelas mulheres — marcadas por recortes de idade, raça, etnia, classe, deficiência, orientação sexual, território e demais dimensões identitárias — e busca responder de forma integrada às suas demandas específicas.

O objetivo central da PPPM é constituir uma rede de acolhimento, proteção e fortalecimento da participação feminina nos processos de formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas no município de Pato Branco (PR). Tal iniciativa visa romper com os modelos tradicionais e excludentes de gestão pública, ao

reconhecer as mulheres como sujeitos políticos e epistemológicos no espaço urbano, valorizando suas vivências e saberes como fundamento para o desenvolvimento local.

A participação da universidade pública, especialmente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), assume papel fundamental nesse processo. Por meio da produção de conhecimento científico rigoroso, do diálogo direto com a comunidade e da articulação interinstitucional, a universidade contribui para a elaboração de políticas públicas mais fundamentadas, inclusivas e eficazes. Sua presença reforça o caráter democrático e participativo da construção da PPPM, ampliando as possibilidades de inovação e sustentabilidade das ações propostas.

A construção participativa da política proposta inclui, ainda, a elaboração de um documento orientador contendo subsídios técnicos e estratégicos que viabilizem sua implementação, bem como a definição de indicadores e metas para o monitoramento e avaliação contínua das ações. Tanto este documento orientador quanto o relatório final da pesquisa serão entregues, em agosto de 2025, ao órgão demandante, a Procuradoria da Mulher da Câmara Municipal de Vereadores de Pato Branco (PR), garantindo a transferência efetiva dos resultados para o espaço institucional responsável pela política pública.

Ao fomentar o engajamento das mulheres e das instituições locais em uma agenda pública comprometida com a equidade de gênero, esta pesquisa almeja não apenas contribuir com o avanço do conhecimento acadêmico, mas também provocar transformações concretas na realidade social. Evidencia-se, assim, a relevância da investigação para a promoção de uma cidade mais justa, democrática e plural, que reconhece a centralidade da escuta e da participação das mulheres na construção de políticas públicas efetivamente transformadoras.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Procuradoria da Mulher da Câmara de Vereadores de Pato Branco pelo convite para coordenar este projeto e à UTFPR – Campus Pato Branco pelo apoio institucional, bem como às mulheres que aceitaram compartilhar conosco suas histórias, percepções e experiências. Pela luta das que nos antecederam e pelas mulheres que seguirão esta história, reafirmamos nosso compromisso com a escuta, a participação e a transformação coletiva do espaço urbano. É com elas e por elas que seguimos na construção de uma cidade mais justa, plural e democrática.

## REFERÊNCIAS

BERNARTT, M.L.; ROVANI, S. S. et al. **Pato Branco projetado por elas**: apontamento de subsídios para implementação de política pública de proteção à mulher com indicadores e metas para o seu monitoramento e avaliação. Projeto de Pesquisa. Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR Campus Pato Branco. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR. Pato Branco, 2025.

CONSELHO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA (CONEP). **Resolução Nº 510, de 7 de abril de 2016.** Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510\\_07\\_04\\_2016.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html). Acesso em: 15 nov. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA (CONEP). **Carta Circular nº 110, de 8 de dezembro de 2017.** SEI/2017/CONEP/SECNS/MS. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/sobre-o->

conselho/camaras-tecnicas-e-comissoes/conep/legislacao/cartas-circulares/carta-circular-no-110-de-8-de-dezembro-de-2017.pdf/view. Acesso em: 15 nov. 2024.

EAST, M. **E se as mulheres projetassem a cidade?** Brasília: Bambual Editora, 2024.

FACIO, A. Hacia outra teoria critica Del Derecho. In: HERRERA, G.; FACIO, A. Las fisuras Del patriarcado: reflexiones sobre feminismo y derecho. FLACSO, 1999. p. 15-58.

FERREIRA, K.; SILVA, G. R. Urbanismo Feminista In: **XVII ENANPUR** Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional São Paulo, 22 a 26 de maio de **2017**.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 10 maio 2025.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES; SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA – SESP. Dados sobre violência em Pato Branco: relatório de indicadores 2024. Curitiba: IPARDES, 2025. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85500> Acesso em: 10 maio 2025.

PRZYBYSZ, J. Resenha: Espacios públicos, género y diversidad: geografias para unas ciudades inclusivas, de RAMON, M. D. G.; GUITART, A. O.; FERRET, M. P. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 174–177, jan./jul. 2016. Disponível em: <http://revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/8367/Resenha>. Acesso em: 9 maio 2025.

RAMON, M. D. G.; GUITART, A. O.; FERRET, M. P. Espacios públicos, género y diversidad: Geografias para unas ciudades inclusivas. Barcelona: Icaria, 2014..

REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do bolsa família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

RIBEIRO, N. **E se as mulheres projetassem as cidades?** Arquiteta May East responde. Habitability, 16 dez. 2024. Entrevista com May East. Disponível em: <https://habitability.com.br/e-se-as-mulheres-projetassem-as-cidades-may-east/> Acesso em: 10 maio 2025.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, v. 16, n. 2, p. 19, 1989.